INTERSECCIONALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO:

CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE GEOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA

João Victor Pereira [1]

[1] Unioeste; Francisco Beltrão, Paraná – joao_perera12@hotmail.com ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2142-2395

RESUMO EXPANDIDO

A Geografia, enquanto ciência que se dedica à compreensão das relações entre sociedade e espaço, passou por profundas transformações teóricas ao longo do século XX e início do século XXI. Durante muito tempo, as análises geográficas estiveram concentradas em aspectos econômicos, políticos e naturais, frequentemente ignorando as desigualdades sociais relacionadas à raça, gênero, sexualidade e classe social. Entretanto, a ampliação dos debates críticos dentro das ciências humanas possibilitou a incorporação de novas categorias analíticas, dentre elas a interseccionalidade, conceito fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão e suas expressões espaciais.

Apesar dos avanços da Geografia crítica na compreensão das desigualdades socioespaciais, ainda persistem lacunas analíticas relacionadas às múltiplas opressões estruturais vivenciadas por sujeitos historicamente marginalizados. Nesse contexto, a interseccionalidade emerge como importante ferramenta teórico-metodológica para compreender como raça, gênero, sexualidade e classe articulam-se na produção do espaço geográfico.

O termo interseccionalidade foi desenvolvido pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, ao analisar como mulheres negras sofriam discriminações simultâneas de raça e gênero, não podendo suas experiências serem compreendidas de maneira isolada (CRENSHAW, 2002). A partir disso, o conceito passou a ser amplamente utilizado nas ciências sociais, especialmente nos estudos feministas, raciais e decoloniais, tornando-se uma ferramenta importante para compreender a produção das desigualdades no espaço geográfico.

Na Geografia, a interseccionalidade permite compreender que o espaço não é neutro. O território, o lugar, a região e a paisagem são atravessadas por relações de poder que afetam os sujeitos de maneiras distintas. Como aponta Milton Santos (2006), o espaço geográfico é resultado das relações sociais historicamente construídas. Assim, compreender o espaço exige considerar os marcadores sociais que estruturam a sociedade.

Nesse contexto, emerge também a discussão do “corpo como território”, perspectiva que entende o corpo enquanto primeiro espaço de disputa, controle e resistência. Tal abordagem possui forte influência dos feminismos latino-americanos e das epistemologias decoloniais, sobretudo ao evidenciar que determinados corpos, sendo eles: negros, femininos, indígenas, LGBTQIA+ e periféricos, experienciam o espaço de forma desigual. Conforme afirma Doreen Massey (2008), o espaço é relacional e constituído pelas interações sociais, sendo impossível dissociá-lo das experiências vividas pelos sujeitos.

Dessa forma, discutir a interseccionalidade como categoria de análise geográfica torna-se essencial para compreender as múltiplas dimensões das desigualdades espaciais contemporâneas, permitindo uma leitura crítica da produção do espaço e das relações de poder presentes na sociedade.

A relevância da presente pesquisa reside na necessidade de ampliar as categorias analíticas da Geografia contemporânea, incorporando sujeitos e experiências historicamente invisibilizados pelas abordagens tradicionais. Além disso, o debate contribui para fortalecer análises comprometidas com justiça espacial, diversidade e direitos humanos.

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a interseccionalidade como categoria de análise na Geografia, relacionando-a aos principais conceitos geográficos, como território, lugar, região e espaço geográfico. Busca-se também compreender como as relações de raça, gênero, sexualidade e classe influenciam a produção e apropriação dos espaços.

Como objetivos específicos, pretende-se: Analisar os principais conceitos da Geografia crítica; compreender a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica; relacionar os conceitos geográficos às desigualdades sociais; discutir o conceito de "corpo como território"; refletir sobre a importância da interseccionalidade para a construção de uma Geografia mais inclusiva e crítica.

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em autores da Geografia crítica, dos estudos feministas, decoloniais e interseccionais. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais a partir de suas dimensões históricas, culturais e políticas, permitindo uma análise crítica das relações entre sociedade e espaço.

Foram utilizados livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam os conceitos de território, lugar, região, espaço geográfico e interseccionalidade. A escolha metodológica pela revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreender os principais debates teóricos relacionados ao tema.

A análise fundamenta-se especialmente em autores da Geografia crítica, como Milton Santos (1996), Claude Raffestin (1993) e Rogério Haesbaert (2004), articulados aos estudos interseccionais de Kimberlé Crenshaw (2002), bem como às perspectivas feministas e decoloniais.

A metodologia também considera a análise crítica do conceito de "corpo como território", buscando compreender como os corpos se tornam espaços de disputa política e social. Tal abordagem permite relacionar as experiências corporais às dinâmicas espaciais, evidenciando as desigualdades produzidas socialmente.

Além disso, a pesquisa busca estabelecer conexões entre os conceitos clássicos da Geografia e as discussões contemporâneas sobre identidade, pertencimento e poder. Dessa forma, pretende-se demonstrar que a interseccionalidade amplia as possibilidades analíticas da Geografia ao incorporar sujeitos historicamente invisibilizados nas análises espaciais.

A Geografia crítica, especialmente a partir da década de 1970, passou a compreender o espaço como produto das relações sociais e econômicas. Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo constantemente transformado pelas práticas sociais. Dessa forma, o espaço não pode ser entendido apenas como cenário das relações humanas, mas como parte ativa da dinâmica social.

Dentro dessa perspectiva, o conceito de território ganha centralidade. Para Claude Raffestin (1993), o território é resultado das relações de poder estabelecidas sobre o espaço. Isso significa que o território não é apenas uma delimitação física, mas também política, simbólica e cultural. Assim, diferentes grupos sociais experienciam o território de maneiras distintas, dependendo de sua posição social.

A interseccionalidade contribui justamente para compreender essas desigualdades territoriais. Mulheres negras periféricas, por exemplo, vivenciam o território de forma diferente de homens

brancos pertencentes às classes dominantes. As desigualdades raciais, econômicas e de gênero influenciam diretamente o acesso à cidade, à mobilidade, à segurança e aos direitos básicos.

De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade permite analisar como diferentes sistemas de opressão atuam simultaneamente sobre determinados sujeitos. Não se trata apenas de somar discriminações, mas de compreender como elas se articulam estruturalmente.

Na Geografia, essa perspectiva vem sendo incorporada por autoras feministas e decoloniais que questionam a universalização da experiência espacial. Conforme argumenta Doreen Massey (2008), o espaço é plural, relacional e marcado por disputas de poder. Portanto, as experiências espaciais variam conforme gênero, raça, sexualidade e classe social.

Outro conceito fundamental é o de lugar. Para Yi-Fu Tuan (1983), o lugar está relacionado às experiências, afetividades e significados atribuídos ao espaço. Entretanto, nem todos os sujeitos possuem as mesmas experiências de pertencimento. Pessoas LGBTQIA+, por exemplo, frequentemente experienciam determinados lugares como espaços de exclusão e violência.

A região também pode ser analisada sob uma perspectiva interseccional. Historicamente, as desigualdades regionais no Brasil estão associadas a processos de colonização, escravidão e concentração de renda. Conforme destaca Manuel Correia de Andrade (1987), a formação regional brasileira está diretamente ligada às estruturas econômicas e políticas construídas historicamente.

Além disso, a discussão sobre "corpo como território" amplia as possibilidades analíticas da Geografia contemporânea. Essa perspectiva compreende o corpo como espaço político, marcado por disputas, violências e resistências. O corpo deixa de ser apenas um elemento biológico e passa a ser entendido como território de controle social.

Segundo Rita Laura Segato (2016), os corpos femininos e racializados historicamente foram transformados em territórios de dominação. O controle sobre os corpos está relacionado às estruturas patriarcais, racistas e coloniais que organizam a sociedade. Nesse sentido, pensar o corpo como território significa compreender que as violências sociais também se manifestam espacialmente.

Essa abordagem dialoga diretamente com os estudos decoloniais, que questionam a produção eurocêntrica do conhecimento. Para Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder continua estruturando as relações sociais contemporâneas, inclusive na produção do espaço geográfico. Assim, a Geografia precisa considerar as experiências historicamente marginalizadas para construir análises mais amplas e inclusivas.

No contexto brasileiro, autores como Milton Santos e Rogério Haesbaert contribuem significativamente para compreender as múltiplas territorialidades presentes na sociedade. Haesbaert (2004) destaca que os sujeitos podem vivenciar múltiplos territórios simultaneamente, conceito importante para compreender experiências de migração, exclusão social e identidades culturais.

Assim, a interseccionalidade possibilita à Geografia analisar como os espaços são produzidos e apropriados de forma desigual. Ela evidencia que raça, gênero, sexualidade e classe não são elementos secundários, mas dimensões fundamentais para compreender a organização espacial da sociedade.

Os resultados da pesquisa demonstram que a interseccionalidade possui grande potencial como categoria de análise geográfica, especialmente por permitir compreender as desigualdades espaciais de maneira mais complexa e abrangente.

Observa-se que os conceitos clássicos da Geografia, quando analisados isoladamente, podem não ser suficientes para explicar as múltiplas formas de exclusão presentes na sociedade contemporânea. A incorporação da interseccionalidade possibilita compreender que os espaços são vivenciados de formas distintas conforme os marcadores sociais dos sujeitos.

No caso do território, verifica-se que as relações de poder não ocorrem apenas entre Estados ou grupos econômicos, mas também sobre os corpos e identidades sociais. Mulheres negras

periféricas, por exemplo, enfrentam maiores dificuldades de acesso à mobilidade urbana, segurança e serviços públicos, evidenciando que o território é atravessado por desigualdades raciais e de gênero.

Da mesma forma, o conceito de lugar revela experiências distintas de pertencimento. Enquanto determinados grupos possuem maior liberdade de circulação e ocupação espacial, outros experienciam processos constantes de exclusão. Pessoas LGBTQIA+, por exemplo, frequentemente desenvolvem estratégias territoriais de proteção e sociabilidade em determinados espaços urbanos, demonstrando que o lugar também é produzido pelas relações identitárias.

A discussão sobre "corpo como território" mostrou-se especialmente relevante para compreender as violências espaciais contemporâneas. Os corpos marginalizados tornam-se alvos de controle social, violência institucional e exclusão territorial. Assim, o corpo pode ser entendido como primeiro território político, onde se manifestam as estruturas de poder da sociedade.

Além disso, percebe-se que a Geografia tradicional historicamente privilegiou perspectivas masculinas, brancas e eurocêntricas, invisibilizando experiências de grupos subalternizados. A interseccionalidade contribui para romper com essa lógica ao ampliar os sujeitos considerados nas análises geográficas.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de construção de uma Geografia mais inclusiva dentro do ambiente escolar e acadêmico. A inserção de debates sobre raça, gênero e sexualidade no ensino de Geografia contribui para desenvolver análises mais críticas sobre o espaço e as desigualdades sociais.

Nesse sentido, a interseccionalidade não deve ser entendida apenas como uma ferramenta complementar, mas como uma perspectiva fundamental para compreender a complexidade das relações espaciais contemporâneas. Sua incorporação amplia os horizontes da Geografia crítica e fortalece análises comprometidas com justiça social e direitos humanos.

Conclui-se que a interseccionalidade constitui uma importante categoria de análise para a Geografia contemporânea, especialmente por possibilitar a compreensão das múltiplas desigualdades que estruturam o espaço geográfico. Ao relacionar raça, gênero, sexualidade e classe social aos conceitos de território, lugar e região, torna-se possível construir análises mais amplas e críticas sobre a produção do espaço.

A pesquisa demonstrou que o espaço não é neutro, sendo atravessado por relações de poder que afetam os sujeitos de maneiras distintas. Nesse contexto, o conceito de "corpo como território" amplia as discussões geográficas ao evidenciar que os corpos também são espaços políticos de disputa, controle e resistência.

Além disso, percebe-se que a incorporação da interseccionalidade contribui para uma Geografia mais inclusiva, capaz de reconhecer experiências historicamente invisibilizadas. Tal perspectiva fortalece debates sobre justiça espacial, direitos humanos e democratização dos espaços.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar os estudos interseccionais na Geografia, especialmente no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e territoriais. A continuidade dessas discussões torna-se fundamental para a construção de análises geográficas comprometidas com transformação social e reconhecimento das diversidades.

PALAVRAS-CHAVE

Espaço geográfico 1; Interseccionalidade 2; Geografia crítica 3; Território 4; Corpo como território 5.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado concedida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1987.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.